Convite n.º 009/2008.

Vigência: 22/12/2008 à 21/02/2009.

Valor global do contrato: de R\$ 92.555,84 (noventa e dois mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Dotação Orçamentária: 17.101.04.129.1191.2647.449039.0130

Fonte: 0130

Data da Assinatura: 22.12.2008.

Ordenador Responsável: JOSUÉ ANTONIO AZEVEDO MONTEIRO/
Diretor de Administração/ SEFA.

EXTRATO DE CONTRATO

Nº do Contrato: 081/2008/SEFA

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 034/2008.

Partes: Secretaria de Estado da Fazenda e a Empresa COPS ENGENHARIA LTDA.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia em obras de reforma no prédio da UECOMT MIRAMAR, localizado na Rod. Arthur Bernardes s/nº.

Vigência: 17/12/2008 à 16/01/2009.

Valor global do contrato: R\$ 4.237,96 (quatro mil duzentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos).

Dotação Orçamentária: 17.101.04.129.1191.2647.449039.0101

Fonte: 0101

Data da Assinatura: 17.12.2008.

Ordenador Responsável: JOSUÉ ANTONIO AZEVEDO MONTEIRO/
Diretor de Administração/ SEFA.

PORTARIA DE ISENÇÃO DE ICMS - GAB/SECRETÁRIO PORTARIA Nº 090 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008

O Secretário Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria nº 0314, de 17/09/2007 e, tendo em vista os termos do Processo n.º 002008730023403-6/SEFA, RESOLVE :

Reconhecer, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 03, de 19 de janeiro de 2007 e do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, arts. 1º e 50 do Anexo II, em favor de CÉLIA VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o n.º 030.715.022-49, a isenção do ICMS na aquisição de um veículo marca HONDA, tipo NEW FIT, modelo LX, com 100 CV/HP, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes, é de R\$ 56.990,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e noventa reais) VEÍCULO AUTOMOTOR COM SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA E TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, para USO DE DEFICIENTE FÍSICO, conforme LAUDO MÉDICO emitido pelos Médicos da S. C. E. Médicos Ltda. - CLIMEPT - Clínica de Medicina e Psicologia de Trânsito, de 25/04/2006.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA, 22 de dezembro de 2008.

WALCIR MARÇAL NOGUEIRA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT BELÉM

O Coordenador da CERAT Belém, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares, sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos termos do artigo 11, da Lei n.º 6.182/98 e dos artigos 65 e 66, da Lei n.º 5.530/89, combinado com os artigos 124 e 744, do RICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676/01, a apresentar os documentos a seguir relacionados, objeto da ação fiscal de rotina ou pontual nº 012008820001194-0, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, alterada pela Lei 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Razão Social: M & J COMERCIO DE GENEROS ALIMENTOS LTDA

Inscrição Estadual: 15.259.262-8

Auditor Fiscal solicitante: Catarina das Graças Gomes Braga

Documentos solicitados:

DIEF / GIEF

Livro Caixa

Livro de Registro de Apuração de ICMS

Livro de Registro de Entradas

Livro de Registro de Inventário

Livro de Registro de Saídas

Livro de Registro de Utilização de Termos de Ocorrências

Notas Fiscais de Entradas

Notas Fiscais de Saídas

ECF

Outros documentos poderão ser solicitados no decorrer desta ação fiscal.

Período a ser fiscalizado: 06/2008 até 09/2008

Local p/ entrega da documentação: CERAT/Belém - Av. Gentil Bittencourt, 2566, 1º andar - São Brás - Fone: 3039-8500.

O não atendimento à presente NOTIFICAÇÃO, no prazo estipulado, determinará a imediata aplicação das penalidades cabíveis, nos termos do Artigo 78, inciso IX, alínea "c" da Lei n.º 5.530/89, ficando ciente, desde logo, que a presente medida caracteriza o início da ação fiscal pertinente, visando ao interesse do Erário Estadual.

JORGE DIAS RAMOS

Coordenador Fazendário da CERAT Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT CASTANHAL

O Coordenador da CERAT Castanhal, no uso de suas atribuições FAZ SABER aos titulares, sócios ou representantes legais da firma INDÚSTRIAS DE MADEIRAS RIO GUAMÁ LTDA., I.E. Nº15.197.035-1, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 037439, lavrado contra a mesma, foi declarado IMPROCEDENTE em decisão de primeira instância, restando nulo o crédito tributário correspondente, com base nos artigos 13, 24 e 30 da Lei nº6.182/98, com as alterações da Lei nº 7.078/07.

Castanhal, 19 de maio de 2008

LUIZ GONZADA SILVA SOUTO

Coordenador Fazendário

ACÓRDÃO Nº 2071

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDARIOS - TARF

ACÓRDÃO N. 2071 - 2ª CPJ. RECURSO N. 4460 - DE OFÍCIO (PROCESSO N. 09273003233-9 / AINF N. 46261-46262). CONSELHEIRO RELATOR: CLÁUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que acata ajuste no levantamento fiscal de exigência de omissão de saídas, para adequa-lo às exigências de lei. 3. Correta a decisão singular que acata a comprovação da regular escrituração de documento fiscal. 4. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 12/12/2008. DATA DO ACÓRDÃO: 12/12/2008.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS

ERRATA

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

ONDE SE LÊ: "PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE

JULGAMNETO"

LEIA-SE: SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 13/01/2009, às 11:00h, recurso n. 4368, AINF n 35484, contribuinte

SOLAMOZON TRANSPORTES LTDA, Insc. Estadual n.

15.139.051-7, publicado no Diário Oficial do dia 23/12/2008.

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS

ERRATA

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

ONDE SE LÊ: "PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE

JULGAMNETO"

LEIA-SE: "SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO"

Em 08/01/2009, às 11:00h, recurso n. 4402, AINF n

412007510000005-9, contribuinte A J SELZLER INDÚSTRIA

E COMÉRCIO DE MADEIRA, Insc. Estadual n. 15.247.329-7,

publicado no Diário Oficial do dia 23/12/2008,

Republicado por ter saído com incorreção.

ACÓRDÃO Nº 2069

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2069- 2a. CPJ. RECURSO N.4504 - RECURSO

VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012007510016451-4.

CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO.

EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A dispensa de

pagamento a que se refere o artigo 6º da Lei n. 6.017/1996 é

de competência do titular da Secretaria Executiva da Fazenda -

SEFA. 3. A falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade

de Veículos Automotores - IPVA - sujeita o contribuinte às

cominações legais, independentemente da satisfação do

imposto devido. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido.

DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO

DO DIA: 12/12/2008. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2008.

ACÓRDÃO Nº 2070

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2070- 2a. CPJ. RECURSO N.4518 - RECURSO

VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012007510012401-6.

CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO.

EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Para efeito de

transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

, necessário se faz que o alienante formalize a transferência

de propriedade por meio do documento próprio junto ao órgão

competente. 3. Nenhuma convenção particular pode ser oposta

à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito

passivo e das suas obrigações tributárias correspondentes, nos

termos como determina o art. 123, do Código Tributário Nacional

- CTN. 4. Falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade

de Veículos Automotores - IPVA - sujeita o contribuinte

às cominações legais. 5. Recurso Voluntário conhecido e

improvido.DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA:

12/12/2008. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2008.

ACÓRDÃO Nº 2072

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2072- 2a. CPJ. RECURSO N.4490 - RECURSO

VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012007510018685-2.

CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO.

EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. A dispensa de

pagamento a que se refere o artigo 6º da Lei n. 6.017/1996 é

de competência do titular da Secretaria Executiva da Fazenda -

SEFA. 3. A falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade

de Veículos Automotores - IPVA - sujeita o contribuinte às

cominações legais, independentemente da satisfação do

imposto devido. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido.

DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO

DO DIA: 15/12/2008. DATA DO ACÓRDÃO:15/12/2008.

ACÓRDÃO Nº 2068

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2068- 2a. CPJ. RECURSO N.4508 - RECURSO

VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 012007510015477-2.

CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO.

EMENTA: 1. IPVA - Auto de Infração. 2. Para efeito de

transferência da responsabilidade tributária pelo pagamento do

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

, necessário se faz que o alienante formalize a transferência

de propriedade por meio do documento próprio junto ao órgão

competente. 3. Nenhuma convenção particular pode ser oposta

à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito

passivo e das suas obrigações tributárias correspondentes, nos

termos como determina o art. 123, do Código Tributário Nacional

- CTN. 4. Falta de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade

de Veículos Automotores - IPVA -, sujeita o contribuinte

às cominações legais. 5. Recurso Voluntário conhecido e

improvido.DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA:

12/12/2008. DATA DO ACÓRDÃO:12/12/2008.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT CAPANEMA

O ILMº SR. DR. VALTER DE ALMEIDA LEITE, COORDENADOR DA

CERAT- CAPANEMA, no uso de suas

atribuições, FAZ SABER, aos titulares, sócios ou representantes

legais, da firma abaixo

especificada, que foi lavrado contra a mesma, o AUTO DE

INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº

122008510000195-3, ficando NOTIFICADO (s) na forma do

disposto pelo artigo 14, inciso

III, § 1º, 2º e 3º item III da Lei nº 6.182 de 30.12.98, a pagar

ou apresentar defesa no

prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência deste

edital, à sede da

Coordenadoria Executiva Regional de Administração Tributária e

não Tributária de

Capanema, situada à Rua João Pessoa, nº 109, Centro,

Capanema-Pa, ressaltando que o não

comparecimento no prazo estabelecido, ensejará a esta

Coordenadoria Fazendária a adoção

de medidas em defesa do Erário Estadual.

RAZÃO SOCIAL : R N DA SILVA ARAÚJO

NSC. EST.: 15.250.525-3

ENDEREÇO: ALD LEANDRO RIBEIRO, Nº 03, BAIRRO: ALDEIA

MUNICÍPIO: BRAGANÇA

AINF : 122008510000195-3

CAPANEMA, 18 de dezembro de 2008

VALTER DE ALMEIDA LEITE

Coordenador Fazendário

CERAT - CAPANEMA

PORTARIAS -IPVA

Portaria n.º3315-CEEAT/IPVA/ITCD, de 23/12/2008 - Proc n.º

1920087300063598/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a Remissão do IPVA ao veículo para o ano de

2008

Base Legal: art. 6º da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6.427/01

Interessado: Daniel Reboças de Alburquerque Neto

Marca Tipo Chassi

KASINSKI/MIDAS FX 110 Pas/Motoneta 93FFX110KYA000719

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT CAPANEMA

O ILMº SR. DR. VALTER DE ALMEIDA LEITE, COORDENADOR DA

CERAT- CAPANEMA, no uso de suas

atribuições, FAZ SABER, aos titulares, sócios ou representantes

legais, da firma abaixo

especificada, que foi lavrado contra a mesma, o AUTO DE

INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº

122008510000147-3, ficando NOTIFICADO (s) na forma do

disposto pelo artigo 14, inciso

III, § 1º, 2º e 3º item III da Lei nº 6.182 de 30.12.98, a pagar

ou apresentar defesa no

prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência deste

edital, à sede da

Coordenadoria Executiva Regional de Administração Tributária e

não Tributária de

Capanema, situada à Rua João Pessoa, nº 109, Centro,

Capanema-Pa, ressaltando que o não

comparecimento no prazo estabelecido, ensejará a esta